

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Um Fiscal da Nacionalização: Artur Hehl Neiva e sua viagem pelo Brasil

Guilherme dos Santos Cavotti Marques

PPGHS/UERJ-FFP

guilherme-cavotti@hotmail.com

O ano de 1938 marca com maior agudeza as ações do Estado brasileiro, nomeadamente o projeto autoritário de Getúlio Vargas com o Estado Novo, direcionadas ao controle, restrição e nacionalização dos estrangeiros que residiam no Brasil. Tais preocupações, que se desdobraram em ações, se direcionavam às zonas entendidas enquanto “desnacionalizadas” ou etnicamente “enquistadas”, em outras palavras, que não haviam se diluído no meio social brasileiro e possuíam uma homogeneidade sociocultural que se diferenciava do restante do país¹.

Com destaque, tais empreendimentos tiveram às zonas colonizadas por japoneses e alemães como espaço privilegiado de tais ações que, dentre outras medidas, culminou no fechamento de escolas, de jornais étnicos, da nacionalização de associações e nomes de logradouros públicos e instituições, chegando até a proibição de se falar outro idioma que não o português. Segundo Schwartzman (2000) o início de tais ações no Estado Novo levou ao fechamento de cerca de 700 escolas em todo país, impactando os costumes, tradições e o cotidiano dos imigrantes que haviam sido impactados em nome do fortalecimento do Estado Nacional e de um ideal de brasilidade que estava ancorado em um nacionalismo excludente. Tal nacionalismo foi bem delineado por Schwartzman (2000, p. 181-182), onde:

O conteúdo do projeto nacionalista foi marcado pelo caráter excludente, avesso à convivência pluralista e diversificada. Seu ponto de partida era o diagnóstico de uma absoluta ausência de integração nacional, em função da “prática degenerado do liberalismo” predominante na história política do período anterior à revolução de 1930. [...] A formação do Estado Nacional

¹ É bem verdade que desde a chegada de Vargas ao poder em 1930 pode ser observado uma série de reorganizações do Estado brasileiro que visava desarticular a estrutura da Primeira República. Assim também, criou-se um arcabouço teórico e legislativo que embasavam as preocupações nacionalizadoras, como o Decreto nº 5.884 de 1933, onde professores não habilitados de escolas particulares deveriam passar por uma qualificação, onde havia a exigência de conhecimento da língua portuguesa (OMURO, 2015, p. 2).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

passaria necessariamente pela homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia.

Nesse sentido, para o projeto nacionalizador do Estado Novo os estrangeiros, com destaque para aqueles que estavam organizados em colônias, deveriam ser encarados pela ótica da segurança nacional. Assim o é, quando notamos a promulgação de Decretos-leis que se destinavam especificamente a essa temática, como os casos do nº 383 de abril de 1938² e o de nº 818 de novembro desse mesmo ano³, além do Decreto-lei nº 406 de maio de 1938 que dispunha da entrada de estrangeiros em território nacional, como sua regulamentação através do Decreto-lei nº 3.010 de agosto desse mesmo ano⁴.

É no bojo dessa política que entre janeiro e fevereiro de 1940 Artur Hehl Neiva, acompanhado pelo major Aristóteles de Lima Câmara, realizou uma viagem de inspeção à Fazenda Bastos, núcleo de colonização japonesa no interior de São Paulo, e ao Vale do Itajaí e Joinville⁵, zonas de colonização alemã. Fruto desta viagem, um relatório (NEIVA e CÂMARA, 1940) foi produzido com as apreensões dos autores sobre o que observaram *in loco* e posteriormente publicado em quase sua totalidade na *Revista de Imigração e Colonização*. Para os autores, esse movimento seria encarar o problema em suas generalidades, chegando a algumas conclusões de sua natureza com proposição de soluções que se afigurariam viáveis.

² Proibia o desenvolvimento de atividades políticas pelos estrangeiros, assim como encontros privados, desfiles, comícios e a publicação de jornais e revistas visando o fim político. Permitia-se, desde que não se utilizassem bandeiras, uniformes e estandartes, atividades de cunho cultural, cívico e beneficente. As proibições eram estendidas às escolas e outros estabelecimentos educativos mantidos por estrangeiros ou nacionais (BRASIL, 1938, p. 1-2).

³ Criava a Comissão Nacional do Ensino Primário com amplo espectro de atribuições, dentre as quais destacamos o de nacionalização das instituições de ensino estrangeiras (BRASIL, 1938, p. 1). Durante breve período em 1940 Artur Hehl Neiva fez parte desta comissão.

⁴ No Decreto-lei nº 406 em seu artigo 85 estavam presentes normativas que visavam regulamentar a escola rural, a regência e os programas dos cursos primário e secundário (BRASIL, 1938, p. 9). Tais apontamentos foram aprofundados através do Decreto-lei nº 3.010 onde tais restrições direcionadas às escolas eram apresentadas com maiores detalhes nos artigos 168, 169, 273 e 274 (BRASIL, 1938, p. 18 e 27).

⁵ Neste artigo, optamos por não abordar as percepções sobre Joinville, por ser mais exígua quando comparada as outras duas regiões. Vale destacarmos, porém, a indicação feita pelos autores do desenvolvimento da cidade em seu aspecto econômico, pela presença de 250 fábricas com forte referência a nomes estrangeiros. Ademais, destacam que quando lá esteve participaram por convite do padre Alberto Kolb, fundador do Círculo Operário de Joinville e que se dedicava em uma “grande obra de brasilidade” naquela cidade, da inauguração do pavilhão Filinto Muller, destacada como uma importante obra “patriótica e benemérita”. Ver: NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 85.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Entendia-se que estavam lidando com um problema de natureza social, o que era essencialmente complexo na sua configuração e admitia diversas soluções. Mas, escrevendo um relatório que deveria condensar o maior número de informações possíveis sobre essas localidades, subsidiando as ações do Estado Novo, argumentavam que escreveram com um cunho mais prático, visando à objetividade dos dados e informações que haviam sido analisadas sob o aspecto sociológico⁶ (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 40-42).

É interessante observar o destaque que os autores dão às condições de acomodação e das estradas até essas localidades. Se a primeira tinha uma boa qualidade, as estradas encontravam-se em mau estado de conservação, o que tornava as viagens penosas e dificultavam o acesso e a comunicação entre as localidades próximas. Nota-se que esse destaque inicial já deixa antever uma crítica dos signatários ao certo isolamento dessas colônias, muito em vista também das condições de acesso não ofertadas pelo governo, problemas estes advindos desde antes da ascensão de Vargas ao poder. Tais problemas teriam inviabilizado a visita a outras localidades como Timbó e Vitmarsun, no alto do Vale do Itajaí, “em virtude do péssimo estado das estradas, transformadas em verdadeiro lodaçal” (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 44-45).

Decerto que, se em 1940 tais problemas eram bastante sensíveis, pode-se afirmar que vinham de longa data, desde o início da colonização dessas regiões. O ano de 1818 marcaria o momento no qual a imigração passaria a ser encarada como um amplo processo civilizatório e a maneira mais racional de ocupar as terras devolutas, cujas motivações estavam ligadas ao aspecto econômico e à tão propalada necessidade de ocupação do território, entendidos enquanto “vazios demográficos”, sobretudo no interior e regiões de fronteira visando consolidar os limites do Império (SEYFERTH, 2002, p. 119 e 126). Somado a isso, o desenvolvimento de uma agricultura familiar e voltada ao abastecimento, derivado de uma estrutura de pequenos proprietários e policultura, vicejava a preferência por imigrantes que supostamente fossem “bons agricultores”, onde na visão da elite política do Império se incluíam os alemães. Todavia, Seyferth (2014, p. 21-22) nos recorda que os imigrantes colonos eram

⁶ O relatório foi dividido em 6 capítulos, os quais: Considerações gerais; descrição da viagem; uma zona de influência nipônica em São Paulo; Uma zona de influência germânica em Santa Catarina; Nacionalização e problemas conexos; conclusões. (NEIVA e CÂMARA, 1940).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

localizados em áreas de florestas, com terrenos acidentados e, assim, distantes dos grandes centros e, de certa forma, isolados.

Tal perspectiva do isolamento das colônias estrangeiras, com destaque das alemães no Brasil meridional, era um dos argumentos importantes no relatório de Hehl Neiva e Lima Câmara (1940, p. 68) onde indicavam que outras colônias com forte presença alemã, localizadas nos estados de Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro encontravam-se “inteiramente assimiladas”, restando tão somente aos estados mais meridionais o problema de nacionalização. Essa demarcação territorial torna-se importante, pois como salienta Geraldo (2009, p. 181), os autores entendiam que as medidas nacionalizadoras deveriam ser restritas a essas regiões, as únicas que necessitariam sentir tais efeitos.

Compreendido enquanto um problema de natureza social onde as causas que originariam problemas na atualidade seriam múltiplas e complexas⁷, uma se destaca dentre as demais: a “incúria dos governos” que haviam permitido o desenvolvimento de colônias estrangeiras isoladas da “civilização do resto do país” (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 98). Nota-se que a crítica se dirigia não apenas ao governo imperial, mas igualmente se destinava ao republicano até 1930 e a postura excessivamente liberal que teria marcado a história política do país. Assim, Neiva e Câmara (1940, p. 98) indicavam que a ausência de vias de comunicação com outras regiões povoadas, a inexistência de assistência escolar, de contatos culturais com os centros de pensamento brasileiro, sem a obrigatoriedade do conhecimento da língua oficial do país, bem como a não participação nas obrigações militares levava a não absorção “da mística do civismo e do culto a pátria”.

Tais palavras delineiam, ainda que brevemente, as linhas mestras que deveriam nortear as ações nacionalizadoras, com destaque para a estrutura escolar dessas localidades, o conhecimento e uso da língua portuguesa além da presença, mais forte, do Exército enquanto instituição unificadora a partir do civismo e do culto à pátria. Ainda que descuradas por parte do Estado, tais colônias haviam crescido e se desenvolvido de maneira independente, pelos seus próprios esforços e de acordo com “o seu conjunto

⁷ Tal entendimento acerca do caráter sociológico da questão, e das medidas a serem levadas a cabo para seu solucionamento, pode ser verificado com mais intensidade em uma tese escrita por Hehl Neiva e publicada em 1944 na *Revista de Imigração e Colonização* intitulada “O Problema Imigratório Brasileiro”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

peculiar de tradições e cultura” (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 98). Importa observar que havia o entendimento da pujança econômica e o desenvolvimento cultural dessas localidades, é sobre esses aspectos que nos deteremos brevemente.

O ASPECTO ECONÔMICO E CULTURAL NA NACIONALIZAÇÃO

O interior paulista experimentava um crescimento bastante peculiar e que era destacado no relatório de maneira entusiástica. A região de Marília era compreendida enquanto um verdadeiro prodígio, um fenômeno sociológico da mais alta importância e que “caminhava a passos de gigante, como se viesse calçado com as botas de sete léguas” (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 48), ponto de convergência tanto de nacionais quanto de estrangeiros que marcava um crescimento sem paralelo no país. Os autores destacavam, igualmente, que apesar de fundada na década de 1920, era tamanho o crescimento que já havia suscitado o aparecimento de outras cidades como as de Tupan, Vera Cruz e Pompéia e vaticinavam: “oxalá o *fenômeno* Marília se multiplicasse no Brasil!” (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 49).

No comércio havia a presença de imigrantes de diversas nacionalidades, como sírios e italianos, mas destacavam que a grande maioria das casas comerciais pertencia a imigrantes japoneses. Também na agricultura o japonês era destacado e, utilizando-se de dados estatísticos, os autores apontavam que eles eram majoritariamente absorvidos pelos oitavo e nono distritos agrícolas, apresentando assim o maior índice de localização nas lavouras. Sendo uma presença marcadamente agrícola, tal imigração possuía traços de imigração dirigida, por um lado, e de imigração colonizadora por outro, sendo o que realmente teria sido observado através da *Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha* (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 61).

A Fazenda Bastos, local de maior atenção dos agentes do CIC, era um distrito que pertencia a então emancipada cidade de Tupan, e fora fundada em 1928 pelo Sr. Senjiro Hatanaka e cuja população era composta 90% por japoneses. Apesar de não possuir no momento da visita água encanada, esgoto ou calçamento, já contava com energia elétrica fornecida por usina térmica, o que em certa medida era representativo de progresso. Por seu turno, as plantações da fazenda, que era dividida em oito zonas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

agrícolas, tinham caráter de uma “policultura bem orientada”, onde se tinha café, milho, abacaxi, mamona, algodão, laranja, dentre outros (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 66).

Hehl Neiva tinha por hábito visitar as livrarias das cidades as quais visitava, no Brasil e no mundo, pois que entendia serem estes bons espaços para se medir o avanço cultural a partir das obras e materiais presentes nestas. Segundo o intelectual, em Marília existiam três livrarias, mas o nível cultural não era tão desenvolvido ficando, inclusive, atrás de Pompéia⁸, o que em sua visão era um tanto paradoxal, tendo em vista que esta última estava em sua fase inicial de desenvolvimento, assemelhando-se as cidades norte-americanas do “Far-West dos tempos de nossos bisavós” (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 50). Já em Bastos haviam apenas duas livrarias, as quais traziam imensas preocupações para Hehl Neiva no que se refere à mobilização da língua portuguesa. Afinal, a única obra que havia encontrado no idioma nacional era o “dicionário prático ilustrado”, sendo tudo o mais, dentre livros, periódicos, folhetos, incluindo os livros infantis eram escritos em japonês, bem como toda literatura disponível para compra. Salienta que havia encontrado um exemplar do *Jornal do Comercio*, do Rio de Janeiro, mas que não tinha por função a leitura, mas somente servia para forrar um tabuleiro, “no qual se procedia ao acasalamento das borboletas do bicho da seda” (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 65).

Já sobre o Vale do Itajaí, onde existe uma maior ênfase no relatório, destacavam que se notava a impressão de ordem, cultura e opulência a primeira vista. O Vale é destacado como sendo bastante adiantado do ponto de vista material e cultural, sendo salientado que a “civilização ali observada [era] diversa daquela a que estamos habituados” (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 58). Tal assertiva marcava um ponto de vista bastante difundido entre a elite política e intelectual sobre as populações do interior brasileiro, tidas como atrasadas e referidas genericamente como “caboclos”. O progresso material da “zona de colonização alemã” era evidente, de modo que bastava

⁸ Pompéia na visão deste agente era a cidade mais desenvolvida no aspecto cultural em toda a região da Alta Paulista que havia percorrido, sendo apenas Bauru um centro cultural maior. Nas livrarias tinha encontrado biografias escritas por Ludwig (Napoleão, Roosevelt), de Stefan Zweig (Fouché, Maria Antonieta); volumes da Brasiliana, estudos sociológicos como “Nordeste” de Gilberto Freyre, dentre outros (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 50)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dizer que todo o Vale era iluminado à luz elétrica⁹, não se restringindo apenas às aglomerações urbanas, mas chegando até as propriedades rurais mais afastadas.

Seguindo na análise do desenvolvimento econômico, destacavam a cidade de Blumenau como sendo uma das mais ricas do Estado de Santa Catarina, ainda que tivesse ocorrido a sua subdivisão¹⁰. Toda a região encontrava-se industrializada, com destaque à algumas indústrias como a Hering e a Tecidos Garcia, o comércio em Blumenau também era bastante desenvolvido e se fazia, principalmente, com a Alemanha. Ainda que paralisado em virtude do bloqueio, os autores destacavam que continuava bastante intenso e as vantagens dos preços dos produtos alemães importados, fato econômico este que poderia ser estendido a toda zona de colonização alemã (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 78). Outro índice de destaque eram as cifras estaduais que apontavam o porto de Itajaí, referido como “escoadouro da zona germânica”, era o que possuía maior pujança e responsável pela metade das exportações de todo Estado. A isso, se somava a contribuição dos municípios pertencentes à região colonizada pelos alemães nas rendas do Estado, onde em um universo de 43 municípios cerca da metade das rendas provinham dos 11 localizados nessa região¹¹.

Ainda tendo como referência os dados elaborados pelo Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais (SIPS), os “fiscais da nacionalização” destacavam que haviam alguns elementos que determinariam o progresso das colônias do Brasil meridional. O primeiro desses fatores seria o regime de propriedade de terra, baseado no pequeno proprietário rural que recebia seu lote por concessão do governo ou através de companhias e empresas de colonização; o segundo fator seria o clima, e a maior facilidade de adaptação àquela realidade; o terceiro se relacionava ao crédito e às possibilidades de desenvolvimento criadas por este; já o quarto elemento seria a figura de Hermann Blumenau que havia empreendido uma direção técnica à colonização. Seja como for, têm-se uma visão bastante mecânica de desenvolvimento, onde o pequeno proprietário

⁹ É interessante observar que a passagem no relatório a qual consta a eletrificação do Vale do Itajaí estar destacada em itálico, dando maior ênfase a esse chamado “elemento de desenvolvimento”. Ver: NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 58.

¹⁰ O antigo município de Blumenau foi desmembrado dando origem a outras cinco cidades, sendo: a “atual Blumenau”, Timbó, Indaial, Hamônia e Jaraguá. Ver: NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 72.

¹¹ Tais informações foram referenciadas pelos autores como extraídas de um relatório feito pelo Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais (SIPS) em fins de 1938 através de análise *in loco*. Ainda assim, sua referência com os dados verificados demonstram não apenas a situação da região, mas embasam as análises desses agentes, sustentando suas argumentações. Ver: NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 85.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

rural havia criado o artesanato, que por seu turno, esforçando-se persistentemente, transformou-se de artesão em industrial (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 86)

No que se refere ao caráter cultural, H. Neiva indica que eram boas e se havia demorado na principal delas, Livraria Wahl, por conversar longamente em alemão com o proprietário desta sobre vários assuntos. Claro fica no relatório a irritação do proprietário da livraria com as ações nacionalizadoras desenvolvidas pelo Estado Novo, como a queima dos jornais editados em alemão, julgando ainda excessiva a censura sobre tudo que viesse da Alemanha. Transcreveram assim a fala deste imigrante:

Por que motivo me proibem de ler o que desejo? Não compreendo que, nesta cidade, na qual sempre trabalhei e para cujo engrandecimento concorri, embora modestamente, seja agora subitamente tratado como elemento indesejável, proibido de realizar certas transações, sendo a minha correspondência violada. Que fiz eu, afinal, para merecer esse tratamento? (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 116-117).

Esta citação constar no relatório é bastante peculiar, e quase única, pois demonstra o outro lado da campanha de nacionalização, a verbalização do próprio imigrante perante as violências que ele e os imigrantes alemães e seus descendentes sofriam. Tal indicação constar no relatório não nos parece por acaso, mas auxilia na construção do argumento e posição de Hehl Neiva sobre os meios empregados para a assimilação e nacionalização, elucidado em parte neste relatório, e mais desenvolvido em outros textos, como em sua tese escrita em 1944 (NEIVA, 1944). Voltaremos a este ponto no próximo tópico. Vale destacar, outrossim, as violências desenvolvidas pelos órgãos do Estado Novo na ânsia nacionalizadora e como é documentada na historiografia. Além da violação de correspondências, havia ainda denúncias da não utilização do português em ambientes públicos e privados, com a suspeita de que haviam pessoas que eram pagas pelo Estado e se prestavam à tarefa de “ouvir atentamente” o idioma usado, sobretudo no ambiente privado (WEBER, 1994 p. 29). Ademais, cabe destacar, como alertado por Seyferth (2002, p. 138), que a política assimilacionista havia se tornado questão nacional, tema central nas discussões

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

políticas, na tomada de decisões e interferindo na conformação da política imigratória brasileira.

Nesse sentido, os elementos que motivaram a campanha de nacionalização, a partir de seus idealizadores, muitos dos quais ligados ao CIC, deveria ser alcançada através de uma educação cívica, o estabelecimento e consolidação da escola pública em detrimento às escolas étnicas, a obrigatoriedade da língua portuguesa e, por fim, a imposição do espírito nacional (SEYFERTH, 2002, p. 140). Desta maneira, ao identificar as possíveis regiões desnacionalizadas, o Estado deveria agir para garantir a unidade nacional e uma nacionalidade com viés excludente, que se chocava com a pluralidade trazida pela imigração e as diferenças culturais dessas localidades. Muitos intelectuais compartilhavam dessa mesma perspectiva, de buscar a “homogeneização” desses territórios ao restante do país.

Sintomático desta concepção foi o artigo assinado por Oliveira Viana e publicado em 1943 no jornal *A Manhã*, no Rio de Janeiro. Nele, o historiador e sociólogo já inicia demonstrando ao leitor os contrastes entre a legislação imigratória da Primeira República, a seu ver assentada no “*soi-disant* liberalismo da Constituição de 91” e o conjunto de leis, marcadamente pós 1934, que seriam mais restritivas, controladoras e orientadoras (VIANA, 1943, p. 4). Tal apontamento já subsidiava a afirmação de que, dado o excessivo liberalismo foi possível a formação de colônias homogêneas e que estariam isoladas da sociedade brasileira. A essa indicação, soma-se o fato de que, para Viana (1943, p. 4), havia durante o período predecessor uma larga preocupação econômica, marcada pela dualidade do imigrante - trabalho e na ocupação do solo, mas que descurava do aspecto cultural e linguístico que se ligavam à questão da nacionalidade. A homogeneidade da sociedade brasileira passava, fundamentalmente, pela defesa dos caracteres da cultura latina provinda da colonização portuguesa, com especial ênfase na língua, que seria um valor constituinte da nação.

Ainda que o artigo de Viana guarde uma diferença de 3 anos em relação ao relatório escrito por Neiva e Câmara, e 5 anos em relação ao início da campanha de nacionalização, demonstra como o debate em torno da assimilação do imigrante permanecia na pauta dos debates sociais e políticos, nos círculos intelectuais e ganhavam as páginas dos jornais. Era um movimento que, nas indicações de Seyferth

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(2014, p. 43), visava “processo de controle da população destituída de brasilidade segundo o princípio de nacionalidade baseado na assimilação”.

SUGESTÕES NACIONALIZADORAS

“Somos de parecer que as ideias se combatem com as ideias. Sem a mística da pátria brasileira, não será possível obter os resultados que todos almejamos no tocante à nacionalização” (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 117). Tal afirmação de Hehl Neiva e Lima Câmara na parte final do relatório é bastante significativa da percepção de que, em certa medida, compartilhavam acerca dos meios pelos quais alcançar de maneira exitosa tal objetivo, sobretudo na zona de colonização alemã. Acreditamos, pelo cotejamento à outros escritos, que tal afirmação se aproxima mais das reflexões e proposições de Hehl Neiva, como sua tese de 1944, por exemplo. De todo modo, claro nos fica que o campo das ideias deveriam se desdobrar em ações efetivas, como a troca de nome de ruas, instituições, controle de escolas e ginásios por parte do Estado, proibição de se falar outro idioma que não o português.

Essa correlação de ideias e ações já se demonstrava no relatório, onde é indicado que “aos poucos a ação do CIC se faz sentir” (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 63), pois durante a visita a Bastos os agentes dotaram as ruas com denominações brasileiras, que faziam alusão a datas importantes ou personagens célebres e “vultos nacionais”, como Sete de Setembro, Oswaldo Cruz, General Osório e Duque de Caxias. Em certa medida, além da conversão dos caracteres de japonês para o português, entendemos que tais nomes se davam, igualmente, pelo potencial de transmissão da história do Brasil através desses personagens ou efemérides, inculcando datas, nomes e valores no cotidiano dos imigrantes. Ademais, Bastos possuía um grupo escolar e um ginásio, sendo que este último estava fechado em decorrência de atritos entre o diretor e o inspetor federal que acabou resultando em um inquérito administrativo. Ocorreria então a renomeação do ginásio para Duque de Caxias, além de sua reabertura após o regresso dos agentes ao Rio de Janeiro, mas com a cessão do mesmo, com toda sua instalação, ao governo. É interessante notar a utilização do termo “doação” quando da “questão do ginásio”, passando uma sensação de acordo e entendimento sem maiores obstáculos ou

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

resistências por parte da comunidade japonesa ali estabelecida. (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 64)¹².

Em contrapartida, a nacionalização do “elemento alemão” já se seria de maior complexidade, especialmente pelo contexto político no qual se processava a campanha. Em âmbito internacional encarava-se a necessidade de não confundir o problema da nacionalização com a então neutralidade do Brasil na guerra, de modo que deveria se executar as medidas nacionalizadoras sem alardes de xenofobia, com emprego de meios suasórios, não ferindo suscetibilidades e colocando o país em uma situação difícil perante outras nações. Internamente, a visita encontrou um ambiente de animosidade no Brasil meridional, recordemo-nos do proprietário da livraria Wahl, derivado também dos efeitos do Decreto nº 88 de março de 1938 expedido pelo interventor de Santa Catarina que acabou resultando no fechamento de 200 escolas na região de colonização alemã. Os autores compreendiam a necessidade de tais medidas, mas que o simples fechamento não seria suficiente para encarar o “problema da desnacionalização”, mas deveriam surgir em seguida outras escolas, dirigidos por professores brasileiros capazes de merecer o mesmo respeito de que gozaria o mestre alemão. (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 92-93). Em termos gerais, pode-se verificar uma apreensão por parte dos agentes de que apenas medidas repressoras não lograriam benefícios para a nacionalização, mas atingiria objetivos contrários a esta. De certa forma, estavam refletindo sobre alguns métodos então empregados o que poderia ainda ser, como nos recorda Geraldo (2009, p. 182), “um questionamento das medidas tomadas pelo governo do Estado de Santa Catarina, as quais foram particularmente violentas”.

A nacionalização era reafirmada a todo o momento no relatório como preocupação precípua do Estado Novo, que de maneira prática e efetiva enfrentava a questão, ainda que guardasse uma delicadeza e acuidade necessária. Novamente, se observa uma análise calcada no olhar sociológico, de modo que a questão da nacionalização estava imerso nas regras sociológicas, no “âmbito da teoria dos grupos” e, portanto, estaria indissociável de sua análise na realidade e seus diferentes aspectos, como o social, político, econômico, religioso dentre outros. Nesse sentido, Neiva e

¹² Essa percepção em torno dos japoneses é também construída no relatório tendo por base um artigo de Lima Câmara escrito para a RIC em 1940. Neste, os japoneses supostamente seriam mais passivos em relação às ações do Estado Novo visando à nacionalização, que então seria derivada de seu espírito de disciplina. Ver: CÂMARA, 1940.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Câmara (1940, p. 100) identificavam que o lar, a escola, a igreja e as associações seriam os locais privilegiados onde se desenvolveriam o “fenômeno desnacionalizador”. E faziam análises e sugestões para que, através de ações dirigidas a essas e nessas instituições sociais, se alcançassem a assimilação dessas regiões à sociedade brasileira.

Destas instituições, na visão dos agentes, poderíamos dizer que o lar e as associações ocupavam as extremidades dos possíveis obstáculos à nacionalização. Enquanto o lar aparecia como o “maior baluarte da conservação dos usos e costumes alienígenas” (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 100), por ser o núcleo primário de organização dos grupos, elemento mais fundamental e onde a criança aprende, desde tenra idade, a falar a língua dos pais; a associação aparecia como o setor mais frágil da obra desnacionalizadora, pois que, apesar de desempenhar um papel social importante, a ajuda mútua, tratavam-se de relações voluntárias e um espaço onde a intervenção do Estado poder-se-ia sentir mais eficazmente, produzindo resultados em curto prazo. Este último aspecto é destacado como já em avanço, pois que desde 1937 houve uma série de ações do governo que desarticulava a homogeneidade étnica desses locais, estando dentre elas: o registro obrigatório das sociedades estrangeiras, derrubada da proibição de que deles façam parte brasileiros, além da intervenção direta das regiões militares na sua administração, impondo-lhes um cunho nacionalista¹³.

Retornemos ao lar, o qual seria o agrupamento ideal para se influenciar visto que “amoldava a mentalidade inteiramente virgem da criança” (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 100-101). Todavia, o lar seria o espaço mais difícil de se influenciar ou intervir e tão somente por meios indiretos se vislumbraria possibilidades de cumprir o objetivo que se visava, mas salientavam que as ações deveriam se processar por meios suasórios, com doçura e “quase insensíveis na sua suavidade”, pois que qualquer outro modo de agir poderia produzir resultados contraproducentes além de reações imediatas mais fortes. Já os meios indiretos apontados no relatório se processariam através da educação nacional, fora do lar, para os adultos e ainda através da influência “retroada” da criança. Nesta altura, já é referenciada as escolas, que seriam o segundo degrau formativo do caráter da criança (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 101-102). Esta instituição aparecia como

¹³ No texto original, o termo utilizado neste caso é “dando-lhes um cunho nacionalista”, em uma construção narrativa de que todo o processo se realizava sem rupturas ou resistências. Ver: NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 106.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

decisiva para a campanha de nacionalização em razão de sua preponderância como elemento modelador da individualidade. Neste sentido, as escolas que mais interessariam aos objetivos traçados seriam os ensinos pré-primário, primário e normal rural. Os dois primeiros, exatamente por estar em contato com as crianças no início do processo formativo escolar, facilitaria a “influência psicológica” e traria um resultado nacionalizador mais duradouro; já o ensino nas zonas rurais interessaria especialmente pois nessas localidades os hábitos, usos e costumes seriam preservados por um período de tempo maior.

Para tanto, deveriam surgir novas escolas nacionais para suplantarem as escolas particulares e os educadores estrangeiros, bem aparelhadas e entregues a professores aptos. O que na visão dos autores auxiliaria no combate aos opositores da campanha quando afirmam que o Brasil desejaria nivelar por baixo a qualidade do ensino, com este intento, seria indispensável o fornecimento de recursos suficientes para o aparelhamento destas, “afim de que a nossa cultura [*de matriz lusa*] não possa ser considerada inferior pelo baixo nível de apresentação da escola” (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 103-104, grifo nosso.). O processo formativo escolar era encarado como o “núcleo vital de toda campanha”, a “pedra de toque da ação do governo”, afinal, ainda que muitas vezes a contragosto, o imigrante acabaria cedendo diante da atitude enérgica do Poder Público. Esta asserção nos indicia dois elementos que fundamentalmente para H. Neiva constituiriam partes da ação: o lado enérgico, com efetividade prática das ações, mas que deveria, e este é o segundo ponto, se desenvolver por medidas suasórias, que alcançaria resultados duradouros. Assim, seriam evitados problemas e reações contrárias à campanha por um *modus faciendi* autoritário do governo.

A última instituição apreciada era a igreja, cuja função social jamais deveria ser diminuída, pois assim como a escola, mas em outro plano, ocuparia um papel importante na “trama de interconexões que envolvem o indivíduo e o ligam ao meio” (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 104). O sacerdote desempenharia uma função análoga ao professor da escola, mas como mestre das verdades religiosas e com o reconhecimento de cada culto à sua autoridade hierárquica em termos espirituais, possuiriam o desejo de propagação de sua fé e a manutenção do grupo. Ademais, contrariamente à escola, onde a ação do governo poderia se fazer sentir, a igreja

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

escapava ao controle e fiscalização, se chocando com o intuito de disseminação da língua portuguesa nas referidas zonas coloniais, de modo que a igreja procuraria conservar a língua familiar dos núcleos, o que facilitava a sua atuação social e religiosa¹⁴. Para Neiva e Lima Câmara (1940, p. 105) a atuação das igrejas se exerceria, além da criança, sobre os elementos “mais conservadores das tradições”: as zonas rurais, o lar e as mulheres.

A questão da nacionalização envolviam ainda alguns aspectos que influiriam no desenvolvimento da campanha, sendo um deles o aspecto político, aqui já trabalhado. A este, se somaria o aspecto econômico e social. O primeiro guardava uma dimensão dos legítimos interesses econômicos dos imigrantes dessas regiões, interesses esses que deveriam ser resguardados pois que o desenvolvimento dessas localidades tinha por consequência o próprio crescimento do país. Como vimos anteriormente, sobretudo as zonas de colonização alemã guardavam importante destaque no Estado de Santa Catarina (NEIVA, e CÂMARA, 1940, p. 107-108). Por seu turno, o aspecto social guarda interessantes apreensões sobre a questão. Havia a indicação de que os imigrantes, ao virem para o Brasil, traziam consigo uma série de peculiaridades “hereditárias ou mesológicas” que deixariam marcas indelévels e determinantes característicos em sua mentalidade. Isso influenciaria no processo de adaptação a um novo meio, como o brasileiro. Nesse sentido,

Transplantados para outro meio, de condições climáticas diversas, onde se vai encontrar frente a costumes, usos, língua, religião as vezes, totalmente diferentes dos que haviam presidido a sua formação, o colono sente-se desambientado. Reconhecendo que o fenômeno é absolutamente natural, as autoridades devem pôr em prática tudo quanto venha facilitar a adaptação do colono ao novo meio, ao qual deverá arraigar-se durante a fase de transição, muitas vezes longa e dolorosa (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 108).

A citação nos permite verificar a utilização de outros termos, para além de assimilação, como adaptação e transição. Tal postura implica refletir que a nacionalização se processaria por uma série de etapas, na qual a assimilação constituiria uma delas, compreendida como final e definitiva, não desenvolvida, mas indiciada no

¹⁴ Os autores, nesse específico, fazem uma breve diferenciação entre a Igreja católica e as denominações protestantes. Enquanto a primeira seria essencialmente internacional, o que acabaria facilitando a campanha, as segundas apresentariam um caráter “acentuadamente nacional”, o que seria justificado pela sua origem, apresentando obstáculos mais complexos. Ver: NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 105.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

relatório¹⁵. Sobre este aspecto, vale salientar que as citações de Read Lewis, diretor do *Foreign Language Information Service*, responsável pelas iniciativas de americanização dos imigrantes, e da socióloga da *Vassar College* Caroline F. Ware, que se debruçou sobre comunidades étnicas nos EUA, são bastante interessantes. Por um lado demonstra a circulação de informações, conhecimentos, meios e métodos que se desenvolviam nos Estados Unidos e poderiam ser utilizados e adaptados à realidade brasileira, pois que seriam bastante experientes nesse assunto, “relativamente ao qual somos principiantes” (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 115). De outro, a citação de Lewis traz indicadores que o processo de nacionalização era “lento e orgânico”, e não poderia ser analisado isoladamente, mas imiscuído na totalidade das experiências e relações dos imigrantes nos Estados Unidos e que, dentre outras iniciativas, a campanha por lá se desenvolvera pelo ensino do inglês e o incentivo à naturalização. Já a citação de Ware carrega uma perspectiva de que a sobrevivência de “grupos de imigrantes como comunidades étnicas”, quer dizer, sem estarem nacionalizadas poderiam ser atribuídas às atitudes do país que os receberam do que dos próprios imigrantes, que estariam ligadas às diferenças entre as culturas dominante e minoritária (NEIVA e CÂMARA, 1940, p. 115-116).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos no presente artigo analisar as observações feitas *in loco* por Hehl Neiva, acompanhado pelo major Lima Câmara, às zonas de colonização japonesa e alemã. As interpretações aqui analisadas inseriam-se em uma perspectiva de ter as ciências sociais como um elemento importante de transformação dessa realidade. É nesse sentido que haviam diversas dimensões do processo que exigiam a elaboração de um programa geral de ação, mas que o modo fosse, indispensavelmente suave, através de meios persuasivos e convincentes, dos quais a violência estivesse minorada quando

¹⁵ Na já citada tese de H. Neiva de 1944, o intelectual desenvolve com maiores detalhes essa reflexão sobre o aspecto sociocultural e o “processo de ajustamento ao meio brasileiro”. Para tanto, destacava que haviam caracteres antropogeográficos que influenciariam na primeira etapa, chamada de *adaptação*; a segunda seria denominada *acomodação*, e poderia ocorrer concomitantemente a anterior; a terceira etapa, era entendida enquanto a de *aculturação* momento no qual ocorreria a transmissão da herança cultural, estágio esse que terminaria na *assimilação* integral, sendo a última fase do processo (NEIVA, 1944, p. 534. Grifos no original).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

não excluída. Assim, segundo os autores, se colimaria os intuitos da campanha de nacionalização. Ademais, destacavam que, sem recursos suficientes, a ação do governo se tornaria inerte, pois que sem verbas e investimentos para a construção de escolas e estradas, a integração ao meio brasileiro não se processaria. Por fim, ao lado dos recursos financeiros, surgiriam os personagens e instituições que imbuídos do espírito de brasilidade, aliado a um processo de ampla miscigenação com “integrantes genuinamente brasileiros”, configurariam os elementos imprescindíveis para a campanha de nacionalização.

REFERÊNCIAS

BUENO, Alexandre Marcelo. O Estado Novo e sua relação com os imigrantes: a língua como defesa dos valores nacionais. *Revista Estudos Semióticos*, nº 4, 2008.

CÂMARA, Aristóteles de Lima. A Nacionalização do Ensino. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano I, nº2. Abril de 1940.

CAMPOS, Cynthia Machado. A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

GERALDO, Endrica. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. *Locus, Juiz de Fora*, n. 15, p. 171-187, 2009.

NEIVA, Artur Hehl. O Problema Imigratório Brasileiro. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano V, nº 3. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, setembro de 1944.

NEIVA, Artur Hehl; CAMARA, Aristoteles de Lima. Colonizações nipônica e germânica do sul do Brasil. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano II, nº1. Janeiro de 1941.

OMURO, Selma de Araujo Torres. *Tempos Gerais – Revista de Ciências Sociais e História – UFSJ*, nº 17, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, M. Helena; COSTA, Vanda M. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. REVISTA USP, São Paulo, n. 53, p. 117-149, março/maio 2002.

SEYFERTH, Giralda. Povoamento, alienígenas, eugenia e a política imigratória no Brasil (1808-1950) IN: SANTOS, Miriam; PETRUS, Regina e LOUREIRO, Anita (orgs). Recortes interdisciplinares sobre migrações e deslocamentos. Rio de Janeiro. Léo Christiano Editorial, 2014.

VIANA, Oliveira. Imigração e Colonização Ontem e Hoje. Rio de Janeiro, A Manhã, 1943, p. 4 e 6.

WEBER, Regina. Nacionalidade com prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí. IN: MAUCH, Claudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs). Os Alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história. , Canoas: Editora da Ulbra, 1994.